

COGNA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/MF: 02.800.026/0001-40
NIRE: 31.300.025.187
Companhia Aberta

**ATA DA 191ª
REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2021**

- 1. Data, Hora e Local:** Em 08 de junho de 2021, às 17 horas, na sede da Cogna Educação S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Santa Madalena Sofia, 25, 4º andar, sala 01, CEP 30.380-650, Vila Paris.
- 2. Convocação e Presenças:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a participação de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 17, §1º do Estatuto Social. Os membros do Conselho participaram da reunião do Conselho de Administração remotamente.
- 3. Mesa:** Presidente: Nicolau Ferreira Chacur; Secretário: Leonardo Augusto Leão Lara.
- 4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o estabelecimento de uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária pela Companhia.
- 5. Deliberações:** Após exame, discussão e revisão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos dos presentes e sem ressalvas, decidiram por aprovar a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária pela Companhia, na forma do Anexo I à presente ata, a qual autenticada pela Mesa ficará arquivada na sede da Companhia e será divulgada ao mercado em geral nos termos da legislação aplicável.
- 6. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e unanimemente aprovada, foi assinada por todos os presentes. Belo Horizonte, 08 de junho de 2021. Mesa: Presidente – Nicolau Ferreira Chacur; Secretário – Leonardo Augusto Leão Lara. Membros do Conselho de Administração presentes: Juliana Rozenbaum Munemori, Luiz Antonio de Moraes Carvalho, Nicolau Ferreira Chacur, Rodrigo Calvo Galindo, Thiago dos Santos Piau Carvalho, Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto e Angela Regina Rodrigues de Paula Freitas.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Belo Horizonte, 08 de junho de 2021.

Leonardo Augusto Leão Lara
Secretário

COGNA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/MF: 02.800.026/0001-40
NIRE: 31.300.025.187
Companhia Aberta

**ATA DE
REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2021**

ANEXO I

**Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e
Diretoria Estatutária**

(Restante da página intencionalmente deixado em branco)

POLÍTICA DE INDICAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COMITÊS E DIRETORIA ESTATUTÁRIA DA COGNA EDUCAÇÃO S.A.

1. OBJETIVO

1.1. A presente Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Cogna Educação S.A. realizada em 08 de junho de 2021, visa a determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria da Companhia, prezando pela boa prática de governança corporativa, melhor interesse da Companhia, respeitando a devida transparência.

1.2. Esta política tem como fundamento: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social da Companhia; (ii) o Código de Conduta; (iii) a Lei das Sociedades por Ações; (iv) as normas aplicáveis emanadas pela CVM e (v) o Regulamento do Novo Mercado.

1.3. Caberá ao Comitê de Pessoas e Governança da Companhia acompanhar a implementação e cumprimento desta Política.

1.4. Esta Política aplica-se à Companhia e todas as suas sociedades controladas no território nacional.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Os termos e expressões relacionados a seguir, quando utilizados nesta Política, terão os seguintes significados:

(i) “**Assembleia Geral**”: a assembleia geral de acionistas da Companhia.

(ii) “**B3**”: a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(iii) “**Candidatos**”: são as pessoas candidatas a membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria

(iv) “**Comitê de Pessoas e Governança**”: o Comitê de Pessoas e Governança da Companhia.

(v) “**Comitês**”: os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, estatutários e não estatutários.

(vi) “**Companhia**”: Cogna Educação S.A.

(vii) “**Conselho de Administração**”: o Conselho de Administração da Companhia.

(viii) “**CVM**”: a Comissão de Valores Mobiliários.

(ix) “**Diretoria**”: a Diretoria Estatutária da Companhia.

- (x) "**Instrução CVM 367**": a Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002.
- (xi) "**Instrução CVM 481**": a Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.
- (xii) "**Lei das Sociedades por Ações**": a Lei nº 6.404/76, conforme alterada.
- (xiii) "**Partes Relacionadas**": tem o significado estabelecido no CPC 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
- (xiv) "**Política**": a presente "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária".
- (xv) "**Regulamento do Novo Mercado**": o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.

3. REQUISITOS GERAIS PARA INDICAÇÃO

3.1. Os órgãos administrativos da Companhia devem ser compostos por membros que detenham competências, conhecimentos e experiências necessárias ao cumprimento de suas funções.

- 3.1.1. Sempre que possível, a Companhia incentivará o preenchimento de cargos com Candidatos que representem uma diversidade de grupos como: etnias, classe socioeconômica, nacionalidades, regionalidades, pessoas com deficiência, gerações, gênero e raça.

3.2. Todos os Candidatos deverão ser pessoas honradas, idôneas, de reputação ilibada, competência, experiência, qualificação, formação e disponibilidade para o exercício da função.

3.3. A indicação de membros do Conselho de Administração, membros de Comitês e Diretores da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares e estatutários aplicáveis:

- (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Conduta e suas políticas internas;
- (ii) integridade pessoal e reputação ilibada;
- (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições do cargo a ser ocupado;
- (iv) experiência profissional em temas relevantes para a função a ser exercida, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;
- (v) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e

(vi) dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, de acordo com o cargo ocupado.

3.4. Para fins do item 0(v) os Candidatos, suas Partes Relacionadas e/ou terceiros indicados pelos Candidatos não poderão (i) ocupar cargos, funções ou ser controladores de sociedades, direta ou indiretamente, que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; (ii) ter ou representar interesse conflitante com a Companhia; (iii) estar incursos em qualquer tipo de incompatibilidade ou proibição nos termos das disposições legais aplicáveis. Serão considerados concorrentes da Companhia quaisquer grupos educacionais atuantes no Brasil, em quaisquer segmentos de ensino e/ou negócios educacionais.

3.5. O Comitê de Pessoas e Governança da Companhia avaliará a idoneidade, competência e atendimento aos requisitos acima estabelecidos pelos Candidatos.

4. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4.1. O Conselho de Administração é um órgão colegiado cujo desempenho depende do respeito e da compreensão das características de cada um de seus membros, sem que isso implique ausência de debates de ideias. Deve ser composto tendo em vista a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de ideias, argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

4.2. A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia e em observância a esta Política.

4.3. O indicado a conselheiro independente deverá apresentar declaração atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no §2º do Art. 16 do referido regulamento (e ressalvado o disposto no seu art. 17, parágrafo único).

4.4. Qualquer indicação de membro do Conselho de Administração deverá ser acompanhada, no mesmo ato, de:

(i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento assinado pelo candidato, nos termos da Instrução CVM 367, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e

(ii) o currículo do Candidato, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em outras companhias e eventuais outras informações que auxiliem na verificação dos demais critérios desta Política.

4.5. A proposta de reeleição dos conselheiros deverá ser baseada nas suas avaliações individuais, quando realizadas.

4.6. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada conforme previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável.

5. DIRETORIA

5.1. O Conselho de Administração deverá indicar para composição da Diretoria profissionais que saibam combinar, de modo harmônico, o interesse da Companhia, dos acionistas, gestores e colaboradores, pautados pela legalidade, ética e responsabilidades social, ambiental e para com os negócios da Companhia. A indicação deve visar também à formação de um grupo alinhado com os princípios e valores da Companhia tendo em vista a diversidade e almejando sua ocupação por pessoas com competências complementares e habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos institucionais da Companhia.

5.2. A Diretoria deverá ser constituída por profissionais de comprovada experiência e capacidade de atuação em sua respectiva área de responsabilidade, devendo tais profissionais atender aos requisitos estabelecidos na lei e no Estatuto Social para o exercício de suas funções.

5.3. A proposta de reeleição dos Diretores deverá ser baseada, sempre que possível, nas suas avaliações, que consideram o desempenho e o potencial do Diretor, além das competências de liderança definidas para a Companhia.

5.4. A eleição dos membros da Diretoria, incluindo o Diretor Presidente, deverá ser feita pelos membros do Conselho de Administração, após parecer do Comitê de Pessoas e Governança. O Diretor Presidente deverá indicar os demais Diretores para nomeação pelo Conselho de Administração.

6. COMITÊS

6.1. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, instalar ou descontinuar Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Tais Comitês obedecerão aos critérios de indicação estabelecidos nesta Política, bem como as diretrizes e atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia quando de sua instalação, observado o disposto em seus regimentos internos. O Conselho de Administração deverá instalar e manter os Comitês que forem obrigatórios, por disposição estatutária ou legal.

6.2. A indicação de Candidatos para integrarem os Comitês poderá ser feita por qualquer membro do Conselho de Administração. Os Comitês serão compostos nos termos dos respectivos Regimentos Internos, conforme aprovados pelo Conselho de Administração.

6.3. A proposta de reeleição dos membros do Comitê deverá ser baseada nas suas avaliações individuais, quando realizadas.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Esta Política, bem como sua aplicação, deve ser acompanhada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia, bem como pela Assembleia Geral, conforme aplicável.

7.2. As violações dos termos da presente Política serão examinadas pelo Conselho de Administração, que adotará as medidas cabíveis.

7.3. O Conselho de Administração da Companhia deverá obrigatoriamente atualizar a presente Política em razão de mudanças no Estatuto Social ou no Regulamento do Novo Mercado, ou ainda em qualquer lei, regulamento ou disposição, seja da CVM, da B3 ou qualquer outra entidade reguladora, que altere as disposições aqui listadas em relação à Companhia.

7.4. Esta Política entra em vigor na data de sua aprovação e somente poderá ser modificada por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

7.5. Esta Política será divulgada no website da Companhia e no Sistema IPE da CVM.

